

Luiz Francisco confirma conteúdo da conversa

Márcia Quadros*
de Brasília

O procurador da República Luiz Francisco de Souza disse ontem que as informações publicadas na revista IstoÉ sobre a gravação das denúncias do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) "expressam literalmente" o conteúdo da conversa entre os procuradores e o senador baiano. Souza afirmou ainda que é "irrelevante" saber quem gravou as declarações.

Os outros dois procuradores que ouviram o depoimento de Antonio Carlos na última segunda-feira, Guilherme Schelb e Eliana Torelly, divulgaram uma nota oficial na qual desautorizam qualquer divulgação sobre o conteúdo da reunião que tiveram com o senador. Eles afirmam não serem responsáveis pela divulgação dos fatos e lamentam o vazamento das informações. Luiz Francisco de Souza, por sua vez, não assinou a nota e disse que o importante não é o fato de as informações terem sido vazadas, mas, sim, o "conteúdo" das declarações do senador. Luiz Francisco foi reprimido pelos colegas.

Luiz Francisco lembrou que o Ministério Público Federal do DF abriu ainda no ano passado um inquérito civil público para investigar o ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, pouco depois dele ter revelado à imprensa que intermediava a nomeação de juizes em troca deles barrarem ações que reclamavam planos econômicos. Segundo o procurador, o inquérito já tem mais de 5.000 páginas de documentos, "um mosaico que vai permitir ao MP abrir, com segurança, um futuro processo contra o ex-secretário".

Os procuradores dividiram as investigações sobre Eduardo Jorge em 10 grandes ramificações, para abranger todas as áreas em que ele atuava. Entre elas há uma só para investigar a contratação de empresas de informática por órgãos públicos, caso da Serpro e da Dataprev. Outra linha investiga os contratos de seguro de saúde feitos pelo governo e uma terceira os fundos de pensão — principalmente a Previ, do Banco do Brasil, e a Funcef, da Caixa Econômica Federal. A suspeita é de que o ex-secretário intermediava os negócios, beneficiando empresas de sua

propriedade ou em que tinha participação. No caso dos fundos de pensão, o MP investiga indícios de que ele usava do seu poder para indicar diretores que, em troca, também beneficiavam as empresas de Eduardo Jorge em contratos e licitações.

Mas uma das mais complexas é a que investiga a suspeita de que empresas que contribuíram para a campanha do presidente Fernando Henrique, sem ter declarado legalmente a doação, tenham sido beneficiadas em grandes obras do governo.

Mesmo antes de virar processo, o inquérito já rendeu frutos. Segundo Luiz Francisco, o governo já anulou vários contratos com empresas de informática em função das denúncias, tendo o MP inclusive obtido a quebra do sigilo bancário dos diretores do Serpro. Um desses contratos é o do sistema Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), que havia sido repassado à empresa Montreal, de Brasília, com

intermediação da CPTJ — cujas ligações com Eduardo Jorge estão sendo investigadas.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal

(STF) Nelson Jobim e Ellen Gracie Northfleet, que teriam sido acusados pelo senador Antônio Carlos Magalhães na conversa com os procuradores da República de terem barrado, por critérios não jurídicos, a instalação de uma CPI da Assembléia Legislativa baiana para investigar a Companhia Docas da Bahia, negaram ontem as acusações. Mas não quiseram fazer nenhum comentário sobre o tema. O presidente do Supremo, ministro Carlos Velloso, foi solidário aos colegas. "Posso testemunhar que o ministro Jobim jamais tentou influenciar qualquer colega do STF e também que a ministra Ellen teve um entendimento estritamente jurídico no episódio."

Questionado sobre se esse tipo de gravação pode configurar algum ilícito penal, ele preferiu não se posicionar, alegando que a questão pode vir a ser apreciada pelo Supremo e, assim, ele a estaria prejudgando. Mas Velloso ressaltou, entretanto, que não conhece nenhuma causa com essas peculiaridades que já tenha sido julgada pelo STF.

(* Colaborou Sandra Machado, de Brasília)

"Posso testemunhar que o ministro Jobim jamais tentou influenciar qualquer colega do STF", declarou Velloso